

“Agora sim, a tua terra tem outro valor: tem águas e esgoto”. Os projetos de saneamento da cidade de Paranaguá (1890-1915)

“Now, your land has a different value: it has water and sewage”. Sanitation projects in the city of Paranaguá (1890-1915)

João Pedro Dolinski | Universidade Federal do Paraná

joaodolinski@gmail.com

<https://orcid.org/0009-0006-9177-1899>

RESUMO A proposta deste artigo é investigar o desenvolvimento de um sistema de abastecimento de água e coleta de esgotos na cidade de Paranaguá (PR) entre 1890 e 1915. A primeira baliza temporal marca o início das tentativas de implementação desse sistema. O segundo marco cronológico representa sua concretização. A pesquisa problematiza as intenções subjacentes por parte do poder público e de agentes privados em fornecer água encanada às habitações do núcleo urbano central de Paranaguá. Discute-se ainda as negociações e os conflitos suscitados em torno desse empreendimento sanitário. À luz das pesquisas de François Beguin, as quais o artigo pretende complementar mediante uma metodologia que articula analiticamente suas reflexões com nossa interpretação das fontes primárias, argumenta-se que a inserção de uma rede de águas correntes em Paranaguá ficou restrita inicialmente às camadas sociais mais elevadas, sendo o primeiro grupo social a ter seus hábitos higiênicos e domésticos transformados. A efetivação dessa rede só foi possível em virtude de uma aliança entre Estado, iniciativa privada, médicos e engenheiros. Além disso, o espaço público não foi esvaziado em função dessas reformas que criaram uma necessidade e dependência, bem como um novo filão de serviços que passou a ser explorado pelos empresários e pelo poder público. O conjunto de fontes utilizado nesta pesquisa é constituído por periódicos, memórias justificativas, relatórios, ofícios, cartas e atas do Conselho da Intendência Municipal. Essa documentação encontra-se disponível no Arquivo Municipal de Paranaguá e no Instituto Histórico e Geográfico de Paranaguá.

Palavras-chave: saneamento – gestão urbana – higiene doméstica – história das cidades – Paranaguá.

“Agora sim, a tua terra tem outro valor: tem águas e esgoto”. Os projetos de saneamento da cidade de Paranaguá (1890-1915)

ABSTRACT *The purpose of this article is to investigate the development of a water supply and sewage collection system in the city of Paranaguá (PR) between 1890 and 1915. The first timeline marks the beginning of attempts to implement this system. The second chronological milestone represents its realisation. The research problematises the underlying intentions of public authorities and private agents to provide piped water to homes in the central urban core of Paranaguá. It also discusses the negotiations and conflicts that arose around this sanitation endeavour. In the light of François Beguin’s research, which the article aims to complement through a methodology that analytically articulates his reflections with our interpretation of primary sources, it is argued that the insertion of a running water network in Paranaguá was initially restricted to the higher social strata, being the first social group to have their hygienic and domestic habits transformed. The implementation of this network was only possible thanks to an alliance between the state, private initiative, doctors and engineers. In addition, the public space was not emptied as a result of these reforms, which created a need and dependency, as well as a new line of services that began to be exploited by entrepreneurs and public authorities. The set of sources used in this research is made up of periodicals, justificatory memoirs, reports, letters and minutes of the Municipal Council. These documents are available at the Arquivo Municipal de Paranaguá and the Instituto Histórico e Geográfico de Paranaguá.*

Keywords: sanitation – urban management – domestic hygiene – history of cities – Paranaguá.

Introdução

Este artigo examina o processo de implementação de um sistema de abastecimento de água e coleta de esgotos no núcleo urbano da cidade de Paranaguá¹ entre 1890 e 1915. O objetivo principal é elaborar uma reflexão a respeito das intenções políticas, econômicas, culturais e sociais por trás dos projetos de canalização de água e esgoto e seus impactos sobre a vida doméstica e o espaço público. Paralelamente e de forma ancilar, discute-se as negociações e os conflitos entre agentes públicos e privados em torno dos projetos de saneamento da cidade, assim como as relações entre as esferas municipais, estaduais e federais no âmbito da Primeira República. A primeira baliza temporal representa o início das tentativas de introduzir de maneira sistemática o uso de água corrente nas habitações de Paranaguá. A segunda marca a concretização desse propósito.

Há uma ampla produção bibliográfica, incluindo dissertações e teses, referente ao saneamento básico das cidades. Sobre a temática do urbanismo e da arquitetura urbana, a literatura existente é vastíssima.² Entretanto, três trabalhos se destacam, não somente pela perspicácia de

1 A cidade de Paranaguá foi fundada em 1648 às margens do rio Itiberê no litoral do atual estado do Paraná. Cidade portuária, Paranaguá constitui um dos principais elos do estado paranaense com as demais regiões do país e do mundo e é a espinha dorsal do comércio da região.

2 Diante da impossibilidade de arrolar todas essas pesquisas, optamos por selecionar alguns estudos que consideramos fundamentais para o debate historiográfico. Para uma perspectiva que articula os projetos de saneamento com a questão do nacionalismo, da consolidação do Estado nacional brasileiro e da formação de políticas públicas de saúde mais amplas e estáveis, destacamos: Santos (1985); Talarolli Junior (1996); Lima (1999); Hochman (2012). A respeito, especificamente, dos projetos de canalização de água e esgoto no Brasil, consultar: Andrade (1992); Marques (1995); Fonseca; Prado Velho (2010); Rezende (2008). Em relação ao urbanismo, arquitetura e reformas urbanas em geral, indicamos: Mumford (1965); Lefebvre (1969; 1999); Berman (1986); Costa (1986); Benchimol (1992); Friedrich (1993); Sevcenko (1993); Chalhoub (1996); Sêga (1996); Cunha Filho (1998); Benevolo (2001); Menezes (2001); Pereira (2005); Machado (2006); Bresciani (2007; 2013); Sennett (2014).

suas interpretações, mas, sobretudo, porque fornecem reflexões substanciais para a construção dos argumentos deste artigo, constituindo, portanto, nosso principal eixo teórico.³

O primeiro desses trabalhos é o de Luiz Antonio de Castro Santos (2004). Uma das teses desse autor com a qual fundamentamos as nossas análises é referente à importância da coesão intra-oligárquica para a concretização do saneamento das cidades brasileiras. Segundo Castro Santos, o sucesso das campanhas sanitárias do estado de São Paulo ocorreu, entre outros fatores, em virtude dos fortes vínculos estabelecidos entre as oligarquias daquele estado. Em Paranaguá, esses laços também seriam determinantes para as elites dirigentes negociarem um empréstimo junto ao governo do estado com o objetivo de cobrir os custos referentes à implementação definitiva de um sistema de abastecimento de água e coleta de esgotos.

O segundo trabalho é o do historiador Alain Corbin (1987). Sua pesquisa demonstra como ao longo do século XVIII e parte do século XIX, putrefação e umidade estavam intimamente relacionadas. Essa relação ensejou iniciativas e estratégias de controle dos fluxos aquáticos, uma vez que o saber médico da época afirmava que os vapores d'água carregavam substâncias nocivas ao organismo humano. Acreditava-se que a solução para tal ameaça estivesse na fluidez dos líquidos, isto é, no escoamento dos dejetos, pois pensava-se que a correnteza dissolveria as moléculas orgânicas purificando a água.

As investigações de Corbin (1987) já indicavam como as implementações de sistemas de distribuição e evacuação da água não seriam realizadas sem atritos, conflitos e tensões. Havia uma multiplicidade de interesses em jogo. Em Paris, a resistência foi motivada, sobretudo, pelos encargos considerados abusivos por muitos proprietários e pelas companhias limpa-fossas, grupo bastante consolidado e que via na generalização dos esgotos uma ameaça aos seus negócios. No Brasil e mais especificamente em Paranaguá, entraves semelhantes e de ordens distintas também dificultaram a inserção de mecanismos de canalização de fluidos nas habitações.

Outro ponto importante a ressaltar no trabalho de Corbin diz respeito às duas estratégias de desinfecção que, segundo o autor, entraram em conflito no período anterior ao advento da bacteriologia. A primeira delas, denominada técnica da redoma, apoiava-se no princípio do estancamento. Fossas sépticas metálicas, hermeticamente fechadas, receberiam os dejetos dos gabinetes (toilettes) e os conduziram, mediante canos forrados com material também metálico, para as usinas localizadas fora do perímetro urbano. A segunda estratégia, elaborada por engenheiros e amplamente utilizada na Inglaterra, previa a eliminação rápida das matérias fecais com a correnteza dos esgotos, sem passagem e estancamento prévio em fossas. Diferenciava-se da primeira por pautar-se nos pressupostos do movimento e da diluição e não da estagnação e redoma. Apesar de sua maior eficácia na contenção dos fluxos mórbidos, foi ignorada por um bom tempo pelos administradores franceses. Porém, em virtude da ampla influência que a Inglaterra exercia sobre o Brasil, os sistemas britânicos foram adotados em muitas cidades brasileiras ao longo do século XIX e início do século XX.⁴

3 Os argumentos também foram formulados com base em um corpo documental composto por periódicos, memórias justificativas, relatórios, ofícios, cartas e atas do Conselho da Intendência Municipal. Essa documentação encontra-se disponível no Arquivo Municipal de Paranaguá e no Instituto Histórico e Geográfico de Paranaguá.

4 A influência britânica sobre o Brasil cresceu significativamente desde 1808. Nas primeiras décadas do século XX, ela ainda era relevante, apesar da ascensão dos Estados Unidos da América. O saneamento das cidades brasileiras realizado nesse intervalo de tempo teve participação direta ou indireta do capital, da tecnologia e de artefatos ingleses. O município de Paranaguá importou cerâmicas de Londres, e o empréstimo necessário

“Agora sim, a tua terra tem outro valor: tem águas e esgoto”. Os projetos de saneamento da cidade de Paranaguá (1890-1915)

Seguindo uma linha teórica congênere, o trabalho de François Beguin (1991) analisa, a partir dos relatórios de Chadwick da década de 1840, como novos saberes, aparelhos técnicos e atores definiram um novo regime para o ambiente dos pobres. Esses relatórios apontaram a relação entre insalubridade e as más condições de habitação e os custos sociais e econômicos decorrentes dessa realidade. De forma mais específica, eles também revelaram como a propagação de enfermidades foi maior em regiões ou bairros onde inexistiam esgotos, chegando à conclusão de que guarnecer as habitações com um sistema de água corrente seria o meio mais eficaz para reduzir os custos associados às doenças. A partir dessas informações, Beguin (1991, p. 39) observa como o ambiente doméstico passará, a partir de então, a “se constituir, administrativa e tecnicamente, como um novo domínio de intervenção política”. Esses equipamentos técnicos que possibilitaram a canalização de fluidos como a água e o gás modificaram as formas de satisfação de necessidades fisiológicas, conferindo maior conforto na realização desses processos. É justamente em relação a esse ponto que Beguin desenvolve sua principal tese ao afirmar que o conforto propiciado por esses mecanismos se configura como um dispositivo disciplinar mais sutil e insidioso.

O trabalho de Beguin é o ponto de partida para a formulação das hipóteses deste artigo. Em essência, a nossa proposta é complementar os argumentos desse autor mediante uma metodologia que articule analiticamente suas reflexões com nossa exegese da documentação primária e a literatura específica. Inicialmente, Beguin afirma que o saneamento urbano é uma questão relacionada a três aspectos: técnico, econômico e político. Há, contudo, uma quarta dimensão, que é a cultural, relacionada, mais especificamente, às transformações dos hábitos higiênicos. O próprio artigo de Beguin revela de forma cristalina os impactos sobre essa esfera decorrentes da introdução de novos artefatos técnicos nas habitações europeias. No caso específico de Paranaguá, as fontes indicam que a introdução de água corrente nas residências iria modificar os costumes relativos à limpeza doméstica e à higiene corporal, como por exemplo, a ampliação dos banhos e o uso de latrinas com descarga hídrica instaladas no interior das residências. No que diz respeito aos aspectos associados por Beguin ao saneamento urbano e à articulação deles com esta pesquisa, salientamos que a questão técnica está relacionada com a atuação dos engenheiros e das empresas, bem como da própria tecnologia empregada para a canalização de água e esgotos. A questão econômica está vinculada aos custos das obras, à necessidade de obtenção de recursos financeiros para realizá-las e às cobranças de taxas referentes à distribuição de água e coleta de esgotos. Por fim, a perspectiva política vincula-se com os acordos e as negociações entre o poder público e a iniciativa privada e a regulação dos serviços de saneamento fornecidos à população da cidade de Paranaguá.

Para Beguin, o Estado seria o único agente a assumir a organização das práticas domésticas. Todavia, as obras de saneamento das cidades, sejam elas brasileiras ou europeias, revelam uma participação direta da iniciativa privada e de grupos profissionais como médicos e engenheiros. Portanto, pensamos que esses projetos sanitários configuravam uma das facetas da hibridização entre os setores público e privado, no sentido proposto por Donzelot (1979), ou seja, no caso específico desses projetos, uma aliança não só entre médicos, mas também entre engenheiros e o Estado. Tanto as reformas urbanas como a construção de redes de abastecimento de água

para as obras de instalação de águas correntes teve a intermediação do London Brazilian Bank. Sobre as relações entre o Brasil e a Inglaterra ao longo do século XIX e as primeiras décadas do século XX, consultar: Graham (1973).

e coleta de esgoto não foram realizadas no Brasil sem um intrincado jogo político de negociações e acordos.

Beguin afirma que o conforto propiciado pela oferta de água encanada sujeitou os pobres a um duplo controle: econômico (em função dos equipamentos necessários para a instalação da rede de saneamento) e político (uma vez que essa tecnologia e esse conforto induziram os pobres a valorizar a propriedade privada). Os relatórios de Chadwick, utilizados como principal fonte primária pelo autor, falam sobre a necessidade de regular, controlar e/ou domesticar os hábitos e a vida doméstica das classes operárias inglesas. Acreditava-se que mais espaço, intimidade, limpeza e conforto propiciariam um ambiente mais favorável para o desenvolvimento dessas famílias operárias, instilando e consolidando nelas os hábitos considerados corretos e civilizados. No caso de Paranaguá, conforme veremos adiante, a primeira instalação definitiva de águas correntes ficou restrita ao núcleo urbano, ou seja, a população que habitava os contornos da cidade ficou excluída em um primeiro momento dos confortos propiciados pela água encanada. Nessas circunstâncias, observamos como as elites foram o primeiro grupo social a se domesticar e a se curvar diante daquilo que Beguin denomina disciplina suave.

Assim, não foi somente o pobre a ser submetido a um duplo controle. Antes dele, o rico já estava subjugado. Esse processo não é uma característica singular de Paranaguá ou de outras cidades brasileiras. De acordo com Elias (1994), o processo civilizador afetou primeiro pequenos grupos dirigentes e, posteriormente, estratos sociais mais amplos. Em escala global, os padrões de conduta civilizados foram difundidos pelas sociedades ocidentais europeias para outras áreas do hemisfério e mesmo para fora do Ocidente, sendo assimilados inicialmente pelas camadas sociais mais elevadas de outras nações. O Brasil não é exceção no âmbito desse processo. Entretanto, é necessário cautela, pois, conforme ressalta Sevcenko (1998, p.28) “seria reiterar essa percepção disfuncional da realidade do país assumir que os padrões de privacidade construídos ao longo da história das sociedades europeias pudessem se reproduzir com as mesmas características no meio social brasileiro”. De todo modo, não há como negar que a expansão desses confortos (canalização de água, esgoto e gás, assim como instalação de luz elétrica no interior das residências) e a assimilação de novos hábitos forjados por eles ocorreram à medida que a interdependência e o entrelaçamento social se tornaram mais complexos em virtude, entre outros fatores, do crescimento demográfico.

Outro ponto que gostaríamos de destacar no trabalho de Beguin é a ocupação dos espaços públicos que, segundo o autor, foi sendo substituída pela interiorização das habitações. A ideia de privatizar o que era público ou de confinar o que antes se fazia ao ar livre fica evidente, por exemplo, quando a população de Paranaguá deixa de coletar água junto às fontes ou chafarizes públicos. Esses espaços eram também locais de interação social. Com a introdução de água encanada no interior das habitações, não haveria mais a necessidade desse trabalho árduo e dispendioso de coleta de água junto às fontes. As pessoas deixariam de interagir e socializar nesses espaços. O problema é que a forma como Beguin coloca essa questão pode induzir o leitor a pensar que os espaços públicos gradativamente deixariam de existir, quando, na verdade, as formas de ocupação e as relações com esses locais seriam modificadas e não substituídas. Com o avanço da tecnologia, sobretudo com os novos artefatos produzidos pela Segunda Revolução Industrial, a ocupação dos espaços públicos irá paulatinamente se tornar menos coletiva e mais atomizada. Para citarmos apenas alguns exemplos: a experiência solitária do *flâneur*; a agitação frenética dos transeuntes dos grandes centros urbanos e, talvez, o exemplo mais emblemático, o automóvel. Mas, sem dúvida, nas franjas desse processo, ainda

“Agora sim, a tua terra tem outro valor: tem águas e esgoto”. Os projetos de saneamento da cidade de Paranaguá (1890-1915)

persistem algumas práticas coletivas, ainda que isoladas ou pontuais, que resistem e insistem em fazer das ruas um espaço de vivências comunitárias.

Em suma e no essencial, os argumentos deste artigo sustentam as seguintes proposições: além dos aspectos técnicos, políticos e econômicos, havia uma especificidade cultural e social nos processos de canalização de água e esgoto das cidades; esses processos, em conjunto com a gestão urbana mais geral, só foram possíveis em virtude de uma aliança entre o Estado, a iniciativa privada, médicos e engenheiros;⁵ a despeito dessa articulação, ela só atingiria seus objetivos mediante complexas negociações; em cidades como Paranaguá, a prioridade não foi reformar o ambiente doméstico dos estratos sociais mais inferiores da sociedade com o objetivo de moralizar seus hábitos de vida e sim, implementar essas reformas nas habitações do núcleo central da cidade, onde, sem dúvida, àquele tempo (1890-1915), habitavam as camadas sociais mais elevadas; a inserção de novas tecnologias e o conforto propiciado por elas, inicialmente restritos a determinados grupos sociais, podem ter sido utilizados como mecanismo de diferenciação social, entretanto, a expansão demográfica e a complexificação do entrelaçamento social forçaram a expansão e a difusão dessas tecnologias aos demais setores e níveis da sociedade; a canalização da água ou o controle da sua circulação⁶ é um dos principais fatores e, talvez, um dos primeiros, que irá alterar a relação dos indivíduos e das populações com o espaço público; por último, mas não menos importante, a despeito da importância para a saúde pública, a instalação de água encanada nas habitações criou não apenas uma nova necessidade e dependência, mas um novo filão de serviços a ser explorado pelo capitalismo.

Além da introdução e conclusão, o artigo está dividido em três seções. Inicialmente, buscamos reconstituir, em linhas bastante gerais, o panorama da saúde pública nacional durante a Primeira República. Em seguida, examinamos as tentativas do intendente municipal, João Guilherme Guimarães (1857-1927), de instalar um sistema definitivo de abastecimento de água e coleta de esgoto em Paranaguá. Por fim, analisamos o processo que levou à concretização do saneamento daquela cidade durante a gestão do médico Caetano Munhoz da Rocha (1879-1944).

O quadro institucional sanitário da Primeira República

A última grande reformulação dos serviços sanitários no regime imperial ocorreu em 1886 com a Reforma Mamoré, que dividiu as atividades sanitárias em duas inspetorias gerais: higiene (responsável pela higiene terrestre) e saúde dos portos (responsável pela higiene marítima).

5 Alguns agentes dessa aliança se destacam ao longo deste artigo, como é o caso da Companhia Müller e da Empresa de Melhoramentos Urbanos de Paranaguá, dos médicos Caetano Munhoz da Rocha e Randolpho Serzedello, e dos engenheiros Cândido de Abreu, Niepce da Silva, Tranquilo A. da Silva, Conrado Eriseu Filho e Augusto Ramos.

6 De acordo com Foucault (2008), o problema da cidade era essencial e fundamentalmente um problema de circulação, no sentido lato da palavra. Intercâmbios comerciais, epidemias, distribuição de água, coleta de esgoto, fluxo de mercadorias, veículos e pessoas seriam, portanto, problemas relacionados à circulação. Sobre o conceito de circulação como ferramenta metodológica, ver Kapil Raj (2013) e Fa-Ti Fan (2012). De acordo com Raj (2013), a circulação se caracteriza pelas mudanças que os conhecimentos e as práticas passam ao se deslocar pelo interior de espaços específicos. Esses espaços são caracterizados por regras codificadas que favorecem, ampliam ou dificultam as conexões entre lugares, grupos ou indivíduos conforme as conjunturas históricas, políticas, econômicas e sociais. Em virtude disso, Fa-Ti Fan (2012) observa que os processos de circulação não são fluidos, estáveis e uniformes. Eles apresentam nuances em função das particularidades históricas e geográficas locais.

O governo provisório da República herdou essa estrutura e buscou, em 1890, ampliar o poder da Inspetoria Geral de Higiene sobre os estados, atribuindo-lhe mais funções. O objetivo era retirar da alçada dos municípios as ações referentes à higiene. Essa tentativa fracassou com a promulgação da Constituição de 1891, na qual ficou estabelecido que caberia aos poderes locais o cuidado com a saúde da população, entre os quais destacamos o abastecimento de água e coleta de esgotos. O governo federal assumiria a responsabilidade pelas ações de saúde no Distrito Federal, pela vigilância sanitária dos portos e pela assistência aos estados da federação conforme os casos previstos constitucionalmente. O órgão federal responsável era a Diretoria Geral de Saúde Pública, criada em 1897 (Lima e Hochman, 1996).

Nos primórdios da Primeira República, doenças como febre amarela, cólera, varíola e peste bubônica assolavam os centros urbanos do Sul e Sudeste brasileiro, impondo desafios excruciantes aos médicos, sanitaristas, higienistas e cientistas que se debruçaram sobre os intrincados processos envolvendo o diagnóstico, a profilaxia e o tratamento dessas enfermidades. Entre 1890 e 1910, a corrida pela descoberta do micróbio patogênico da febre amarela e pela produção do respectivo imunizante ocupou lugar central na agenda da saúde pública nacional. O saneamento e remodelação urbana da cidade do Rio de Janeiro, capital federal àquele tempo, também assumiu posição de relevo. A cirurgia urbanística conduzida pelo prefeito Francisco Pereira Passos (1836-1913) entre 1902 e 1906 buscou atender aos anseios das elites nacionais, forjadas no eurocentrismo e imbuídas até a medula da lógica do capital, que buscavam instituir no país um modelo ocidental de modernidade e civilização. Importantes características dessa renovação urbana foram as campanhas sanitárias lideradas por Oswaldo Cruz (1872-1917) e a reação da sociedade a elas, o que ensejou uma das maiores resistências populares da história do Brasil, a Revolta da Vacina.⁷ Nesse contexto, foram criados também importantes institutos de pesquisa como o Butantã e Manguinhos (atual Fiocruz). Segundo Benchimol (2018, p.200), "os médicos aglutinados por Oswaldo Cruz na Diretoria Geral de Saúde Pública e no Instituto Soroterápico de Manguinhos (Instituto Oswaldo Cruz a partir de 1908) formariam a espinha dorsal da saúde pública brasileira nas décadas de 1910 e 1920".

O período que se estende da década de 1910 até a Revolução de 1930 é definido por Gilberto Hochman (2013) como Era do saneamento. Na perspectiva desse autor, foi uma conjuntura marcada pelo crescimento da consciência da interdependência sanitária entre as elites políticas, intelectuais e médicas do país. Apesar da Constituição de 1891, que estabelecia os princípios do federalismo, conferindo maior autonomia aos estados, essas elites, sobretudo os médicos sanitaristas, compartilhavam de um sentimento geral de que as unidades federativas eram incapazes de fornecer respostas eficazes aos problemas sanitários. Propugnavam que o poder central deveria assumir mais responsabilidades em relação à saúde da população e à salubridade do território nacional e criticavam a subordinação das áreas de educação e saúde ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores (Lima e Hochman, 1996).

A formação de um novo arranjo institucional que colocasse a saúde pública sob a coordenação do governo central só seria discutida em 1919 e implementada a partir de 1920 (cinco anos após a conclusão das obras de saneamento de Paranaguá) com a criação do Departamento Nacional de Saúde Pública e as Políticas de Saneamento e Profilaxia Rural (Hochman, 2013). O foco principal dessa ação seria o combate às endemias rurais, sobretudo a opilação (ancilostomose), o impaludismo (malária) e o mal de Chagas (tripanossomíase americana). O grande

7 Sobre a Revolta da Vacina, consultar: Carvalho (1987); Sevcenko (1993); Chalhoub (1996).

“Agora sim, a tua terra tem outro valor: tem águas e esgoto”. Os projetos de saneamento da cidade de Paranaguá (1890-1915)

marco desse movimento foi a Liga Pró-Saneamento, fundada em 1918 e dirigida por Belisário Penna (Lima e Hochman, 1996; Tamano, 2017).

No Paraná, após a instauração do regime republicano, o Congresso Legislativo do Estado decretou a Lei n. 261, de 27 de dezembro de 1897, regularizando os serviços sanitários. Conforme o artigo primeiro, esses serviços passariam a ser municipais e gerais. Coube aos municípios, entre outros fatores, o saneamento do meio local em seus detalhes e a polícia sanitária das habitações particulares e coletivas. Os custos desses serviços ficariam a cargo das respectivas municipalidades. Conforme o artigo quinto, em épocas excepcionais o governo do estado poderia assumir temporariamente os encargos e atribuições de competência dos municípios. Mediante autorização do Congresso, o governo estadual poderia ainda realizar grandes obras de saneamento em cidades cujos recursos financeiros fossem insuficientes. Importante ressaltar que a Constituição de 1891 estabelecia que a responsabilidade pela instalação de redes de abastecimento de água e coleta de esgotos era do poder local, ou seja, dos municípios. Por sua vez, o serviço sanitário geral ficou sob a dependência da Secretaria do Interior e a cargo de uma repartição central, denominada Diretoria do Serviço Sanitário.

As primeiras tentativas de instalação de um sistema de saneamento em Paranaguá

As primeiras tentativas sistemáticas de instalação de água e esgoto encanados nas habitações da cidade ocorreram durante a gestão do intendente municipal João Guilherme Guimarães (1891-1900). Descendente de uma família de negociantes e importante líder político no litoral paranaense, Guimarães teve destaque e prestígio também em atividades empresariais e como representante de entidades de classe (Associação Comercial, Junta Comercial do Paraná e Associação Comercial de Paranaguá).

Uma memória justificativa apresentada em maio de 1892 ao Conselho da Intendência Municipal revela a percepção que algumas pessoas tinham a respeito da infraestrutura urbana e das razões pelas quais ela necessitava ser reformada. O autor da memória aponta os seguintes motivos que, em sua concepção, justificariam os melhoramentos: a posição da cidade junto ao estado e ao litoral paranaense; o aumento do fluxo de navios, mercadorias e pessoas no porto D. Pedro II e o crescimento populacional. Para o autor da memória, as reformas deveriam elevar Paranaguá ao mesmo nível das cidades mais populosas do Brasil. Em sua concepção, a inserção nos novos parâmetros de modernidade e civilização se daria pela canalização da água e esgoto (Paranaguá, 1892).

Conforme o autor da memória, cujo nome a fonte não especifica, a regeneração da paisagem urbana de Paranaguá se fazia necessária em virtude de processos que alteraram as relações de circulação na cidade. Essas mudanças exigiam intervenções que permitissem controlar e ordenar os fluxos cruciais para o bem-estar e segurança da população. O documento ainda associa a instalação de uma rede de abastecimento de água e coleta de esgoto com modernidade e civilização. Nesse aspecto, para Paranaguá tornar-se uma cidade civilizada, seus habitantes teriam que assimilar novos hábitos condizentes ou idênticos àqueles adotados por nações e sociedades que já haviam incorporado esses padrões de civilidade. Era necessário, portanto, fornecer um ambiente doméstico mais favorável para a absorção desses novos costumes. Outro ponto é a

associação entre civilização e doenças. Uma cidade civilizada significava uma cidade livre, sobretudo, de enfermidades epidêmicas. Assim, maior disponibilidade de água propiciava mais higiene e menos moléstias. Dessa forma, a água pode ser compreendida como ponto de partida para a modernização e civilização das sociedades, assim como para a reorganização da vida doméstica.

O autor da memória sugere que a água poderia ser trazida dos mananciais da Serra da Prata mediante encanamento de ferro. Um reservatório, construído numa determinada altitude para a precipitação das matérias em suspensão, faria com que a água chegasse ao seu destino com maior teor de pureza. Existiam no quadro urbano àquela época 544 prédios e uma população estimada em 12 mil pessoas. Calculava-se aproximadamente cinquenta litros por habitante, o dobro do que se calculava para um habitante de Paris. Logo, seriam necessários aproximadamente trezentos mil litros de água diários. Em relação ao esgoto, o sistema mais comum, segundo o autor da respectiva memória, era o de condução por meio de tubos a estações de desinfecção, considerado pelas autoridades médicas do Rio de Janeiro como fator etiológico de epidemias em razão da utilização de latrinas secas. Em decorrência disso, ele propugnava que fosse adotado em Paranaguá o mesmo sistema utilizado no Recife, isto é, o de lavagem mecânica (Paranaguá, 1892).

A despeito dessas recomendações, que aliás revelam aspectos importantes do processo de circulação de uma técnica, qual seja, os sistemas de esgoto, as obras de melhoramento da infraestrutura urbana da cidade tiveram que ser submetidas a processos burocráticos que envolviam complexas negociações. Questões como qualidade dos materiais, tipos de equipamentos e sistemas, deveriam ser examinadas detalhadamente, mas o preço, em razão dos poucos recursos financeiros da municipalidade, era fundamental para o fechamento do negócio. Foi justamente em razão desse fator, isto é, do custo das obras, que em setembro de 1895 o município recusou uma proposta recebida da Companhia Müller. O intendente alegou não ser possível cumprir com o acordo em razão dos valores estipulados (Paranaguá, 1895a).

Em um relatório enviado a João Guilherme Guimarães pelo Conselho da Intendência Municipal, podemos observar alguns detalhes e exigências para o fechamento do acordo. Segundo a documentação, a rede de esgotos contaria com condutos subterrâneos de ferro e canos de barro destinados ao escoamento do esgoto. Tanques, máquinas e aparelhos de desinfecção seriam construídos para o tratamento das águas servidas mediante produtos químicos. Esse tratamento poderia ser dispensado se o despejo do esgoto fosse realizado em algum lugar da enseada onde as águas fossem profundas. Seria obrigatória a instalação de ao menos uma latrina e um ralo em cada casa. Certamente, as latrinas teriam descarga hídrica e seriam instaladas no interior das residências, ocasionando transformações significativas nos ambientes domésticos. O ralo, utilizado para o escoamento pluvial e de águas servidas da cozinha, teria que ter quatro polegadas de diâmetro e o ramal da latrina, seis. Ao fim das obras, o serviço de abastecimento de água deveria ser capaz de suprir cada residência com no mínimo oitocentos litros diários. O município decretou a obrigatoriedade de instalação de serviços de coleta de esgoto e abastecimento de água para todas as residências existentes nas zonas urbanas abrangidas pelas redes (Paranaguá, 1895b). Ou seja, a rede não contemplaria todas as habitações da cidade, apenas aquelas situadas em determinadas regiões.

Os proponentes teriam um privilégio de cinquenta anos sobre os serviços. Após esse prazo, as obras passariam à municipalidade mediante indenização, anulada caso a concessão fosse por setenta anos. Durante o prazo de vigência da concessão, a municipalidade pagaria

semestralmente, por cada residência, a quantia de sessenta mil réis pelos serviços de esgoto e 48 mil réis pelos serviços de abastecimento de água. A companhia, por seu turno, estaria isenta de pagar as taxas de importação e exportação dos materiais e objetos utilizados nas obras e serviços. Se o pagamento atrasasse por três meses, a companhia ainda teria o direito de cessar os serviços.

Nesses termos, a Intendência Municipal autorizou o contrato. Entretanto, João Guilherme Guimarães solicitou a definição do objeto do acordo. Em sua concepção, isso seria necessário para o conhecimento da causa e o julgamento do compromisso correspondente ao serviço que o proponente iria fornecer. Para isso, ele exigiu a apresentação de um projeto completo e uma memória descritiva de cada um dos serviços referentes à proposta. Além disso, o município estabeleceu outras exigências, como, por exemplo, o fornecimento diário de no mínimo dois milhões de litros de água, com pelo menos mil litros oferecidos diariamente a cada prédio do quadro urbano (Paranaguá, 1895c). Em resposta, a Companhia Müller afirmou que o fornecimento de dois milhões de litros diários poderia ser realizado, mas o abastecimento por prédio não excederia os oitocentos litros (Paranaguá, 1895d).

Em outra documentação, os preços exigidos pelo proponente são criticados. Certamente, o conteúdo dessa documentação chegou ao conhecimento do intendente municipal, reforçando os argumentos do município para não efetivar o contrato com a Companhia Müller. O autor (que não foi possível identificar) considerou excessivo o valor de 96 mil réis semestrais, cobrado pela companhia por cada oitocentos litros diários fornecidos. Segundo o autor, em Niterói (Rio de Janeiro) a água era cobrada conforme os valores dos aluguéis, mais especificamente, o litro custava oito réis e a quantidade diária fornecida era de 1.200 litros. Em Paranaguá, o litro saíria por trinta e três réis. Aplicando o cálculo utilizado nas cidades da Inglaterra, o autor chegou à seguinte conclusão: o custo anual e por residência para o abastecimento de água seria 31.696 mil réis e não os 96 mil réis semestrais estabelecidos pelos proponentes. O autor da fonte ainda pondera que oitocentos litros de água por dia não seriam suficientes para matar a sede e realizar os hábitos higiênicos necessários, pois, com a água encanada, esses hábitos de asseio aumentariam e novas necessidades surgiriam. A oferta deveria ser suficiente para garantir o consumo próprio das pessoas, os banhos, limpeza doméstica, uso de latrinas, mictórios públicos e asseio de matadouros e casas comerciais. Questionava o autor: esgotados os oitocentos litros diários, quanto custaria o abastecimento adicional? Em sua concepção, os habitantes ficariam reféns da companhia e muitos, talvez, não pudessem arcar com o custo adicional. Em virtude disso, o autor faz uma sugestão de cobrança mediante taxas diversas e não únicas, conforme o valor dos imóveis. Sua conclusão e orientação foi que o município não firmasse nenhum acordo ou contrato com a Companhia Müller enquanto os valores dos serviços não fossem revistos (Paranaguá, 1895e).

A forma como o autor da documentação se expressa dá a entender que a reforma do ambiente doméstico não era intencional e a incorporação de novos hábitos seria um processo natural, onde novas necessidades surgiriam espontaneamente. No entanto, se os grupos envolvidos no projeto de saneamento da cidade de Paranaguá não estivessem conscientes dos impactos que essas novas tecnologias teriam na vida doméstica, eles não teriam exigido da Companhia Müller a ampliação da quantidade de água fornecida diariamente às residências. Com certeza, havia um consenso: o fornecimento de água deveria ser abundante para garantir o asseio e a higiene, indispensáveis para qualquer sociedade que almejasse ser considerada moderna e civilizada.

O acordo não foi firmado, pois em 1897 o município lançou novo edital para a contratação dos serviços de água e esgoto. De acordo com o jornal *O Paiz*, da cidade do Rio de Janeiro, o intendente receberia as propostas até 30 de abril de 1897. O edital estabelecia uma série de exigências que deveriam obrigatoriamente ser observadas (O Paiz, 1897). Porém, mesmo com a publicação de novo edital, as obras não foram realizadas. As exigências impostas pelo município (mencionadas anteriormente) podem ter dificultado o fechamento de um acordo vantajoso para ambas as partes. É importante ressaltar que um dos principais empecilhos para a contratação da Companhia Müller foi o preço a ser pago pela manutenção dos serviços. A empresa buscava lucrar com essa atividade, por sua vez, o município não poderia ceder devido à sua situação financeira, e um eventual aumento de impostos colocaria em risco o capital político de João Guilherme Guimarães. A falta de consenso entre agentes públicos e privados inviabilizou a instalação de uma rede definitiva de água e esgotos em Paranaguá nos anos 1890.

Cidades como Rio de Janeiro, São Paulo, Santos e Campinas receberam ajuda dos seus respectivos governos estaduais. Em Paranaguá, João Guilherme Guimarães não conseguiu mobilizar esse apoio. Na Paraíba, antes de 1915, tivera início um serviço de higiene pública restrito à capital. Em 1913, o engenheiro sanitário Saturnino de Brito elaborou um projeto de esgotos para a cidade de João Pessoa. Em Pernambuco, assim como em São Paulo, por volta de 1896 já existia certa coesão intra-oligárquica. O Partido Republicano Federal (PRF), chefiado por Francisco Rosa e Silva, conduziu o processo de “modernização conservadora” em toda a região até 1911. Rosa e Silva foi quem solicitou a Saturnino de Brito a construção de uma rede de esgotos em Recife, inaugurada em 1915 (Santos, 2004). Em Paranaguá, faltava coesão entre as oligarquias locais e estaduais para a contratação de um empréstimo que permitisse ao município assumir as reformas e os melhoramentos urbanos de forma autônoma.

A reforma urbana de Paranaguá já estava em discussão em 1892. Entretanto, a execução de projeto de tal envergadura não era algo simples, passível de ser colocado em prática da noite para o dia. Não bastava uma sólida estrutura econômica como a economia cafeeira de São Paulo. Esse processo foi mais complexo do que isso, gerou conflitos, controvérsias, exigiu acordos e foi ambíguo em cidades como, por exemplo, o Rio de Janeiro, onde a modernização conviveu com ações repressoras e as melhorias realizadas não beneficiaram todos os segmentos da população (Schwarcz, 2012). Em Paranaguá, as obras de saneamento também ficariam restritas inicialmente a estratos sociais específicos.

Apesar de ter se tornado importante líder político no litoral paranaense, ao longo dos anos 1900 a influência de João Guilherme Guimarães foi gradativamente diminuindo. Segundo Sandro Aramis Richter Gomes (2017), esse declínio se deu em razão de divergências de ordem econômica e política com os chefes do seu partido (Partido Republicano Paranaense). Outro fator a ser destacado é o seu envolvimento em atividades empresariais e entidades de classe (Associação Comercial, Junta Comercial do Paraná, Associação Comercial de Paranaguá), o que, segundo Gomes, estimulava o surgimento de conflitos com o governo estadual.

Na prática, o pacto federalista firmado na Constituição de 1891 não representou de maneira direta a dependência e submissão dos municípios aos estados. Intendentes municipais como João Guilherme Guimarães buscaram estratégias para contornar a falta de recursos e limitar a barganha com os poderes estaduais. Mesmo assim, Guimarães não conseguiu chegar a um acordo com a Companhia Müller nem negociar um empréstimo junto ao governo estadual para que o próprio município assumisse as obras de saneamento. Em um relatório apresentado ao

“Agora sim, a tua terra tem outro valor: tem águas e esgoto”. Os projetos de saneamento da cidade de Paranaguá (1890-1915)

Conselho da Intendência Municipal, Guimarães critica o governo estadual e lamenta a falta de autonomia municipal:

Infelizmente o Congresso Estadual, em suas últimas sessões, tem retirado parte da autonomia do município, cerceando-a em benefício exclusivo do Estado. O município, base primordial da República, está ficando atado, não só ao governo da União, como também ao do Estado, que diariamente cerceiam suas atribuições, criam leis aumentando despesas para o município e retiram a sua receita. Sem que o município tenha faculdade ampla de criar impostos, sem ter autonomia própria [sic], não se pode dele exigir os melhoramentos que necessita, especialmente os que se referem à salubridade pública (Guimarães, 1900, p. 27).

O relatório demonstra que as relações entre o intendente municipal de Paranaguá e o governo estadual não eram muito amigáveis. Revela ainda uma contradição por parte de Guimarães em relação à criação de impostos, uma vez que ele não queria onerar a população para cobrir os custos do saneamento da cidade e assim arriscar o seu capital político. Robson Mendonça Pereira (2005, p.153) assinala que “a defesa das prerrogativas de autonomia de um município poderia levá-lo ao isolamento político no fornecimento de verbas, e mesmo a intervenções estaduais, casos perfeitamente possíveis”.

As fontes utilizadas para examinar os projetos de melhoramentos urbanos em Paranaguá ao final do século XIX relativizam ainda o controle absoluto atribuído aos chefes políticos locais. Hebe Mattos (2012) aponta os limites dessa interpretação que conferia aos coronéis um acúmulo ilimitado de poder, pois grande parte da população não votava e as eleições eram controladas pelas comissões de verificações de poderes. Por outro lado, Mendonça Pereira (2005) afirma que a relação entre as reformas e o poder econômico dos cafeicultores de São Paulo ampliou a importância eleitoral do coronel em função dos laços estabelecidos com os profissionais liberais e a classe média emergente. Em outras palavras, ele observa que a inserção de novos grupos sociais nas estruturas políticas dos municípios não representou uma ruptura drástica com o poder local dos coronéis, pois estes teriam se adaptado à nova conjuntura política e estabelecido alianças com os novos grupos ascendentes.

De qualquer modo, durante a Primeira República, os municípios não eram governados de maneira despótica, ou seja, o poder político não emanava de um único indivíduo cujas vontades deveriam ser atendidas independentemente dos meios. Os coronéis estavam inseridos em uma rede ou configuração social mais ampla que envolvia diferentes agentes ou grupos sociais. As transformações pelas quais os centros urbanos brasileiros precisavam passar para se integrar à “modernidade” e à “civilização”, deixando para trás o passado colonial, de forma alguma poderiam ser concretizadas ou obstadas pelas ações e vontades de um único indivíduo.

Caetano Munhoz da Rocha e a concretização de um projeto de saneamento

Durante a gestão de João Guilherme Guimarães (1891-1900), o engenheiro Tranquillo A. da Silva ficou responsável por elaborar os estudos sobre a instalação de rede de esgotos e abastecimento de água potável, mediante canalização do rio Miranda na Serra da Prata (Guimarães, 1900). O projeto foi aprovado pelo secretário de Obras Públicas do estado, porém, como vimos,

não chegou a ser realizado. Em 1900, o coronel Theodorico Júlio dos Santos sucedeu Guilherme Guimarães na intendência de Paranaguá, mas não conseguiu levar adiante as obras de saneamento. Faltava a João Guilherme Guimarães e a Theodorico Júlio dos Santos influência junto às elites políticas estaduais para angariar os recursos financeiros e o apoio político necessários para a realização das obras de canalização de água e esgoto em Paranaguá. Essas condições seriam alcançadas na gestão do médico Caetano Munhoz da Rocha (1908-1915).

Formado em 1902 pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Caetano Munhoz da Rocha clinicou em Paranaguá até 1905. Ingressou na política ainda jovem, com 25 anos, eleito deputado estadual para o biênio 1904-1905, sendo reeleito sucessivamente até 1917. Em 1908, quando assumiu a Intendência Municipal de Paranaguá, já desfrutava de enorme prestígio na cidade e começava a se impor como um dos maiores políticos do estado do Paraná durante a Primeira República (Vanali, 2015). Seu prestígio e influência foram essenciais para a obtenção de um empréstimo junto ao governo do estado em 1913, viabilizando a implantação definitiva de um sistema de abastecimento de água e coleta de esgoto na cidade, planejado desde 1892 e só concluído em 1915.

Jornais locais como o *Diário do Comércio* atribuíam ao crescimento demográfico a formação de uma consciência mais ampla em relação aos problemas sanitários. Em 1872, a população de Paranaguá era de aproximadamente 8.228 pessoas (IBGE, 1874, p. 31). Em 1907, esse número saltou para 15.889 e já em 1912, a cidade contava com 22 mil habitantes (IBGE, 1907-1912, p. 336). O jornal argumentava que o sistema de fossas abertas em quintais e as valas que desaguavam no rio Itiberê contribuíam para o desenvolvimento de várias moléstias, principalmente durante o verão (*Diário do Comércio*, 15 nov. 1915).

Em 1900, o médico Randolpho Serzedello fez um pronunciamento na Intendência Municipal, no qual pediu que o município fizesse os melhoramentos urbanos necessários, instalasse uma rede de água e esgotos e adotasse seriamente medidas sanitárias, pois, caso contrário, vaticinava, o próximo surto de doença poderia ser muito pior. O médico destacou a necessidade de ações profiláticas que impedissem a associação entre disponibilidade de água e foco de doenças, reproduzindo uma percepção médica característica do século XVIII e parte do século XIX, na qual putrefação e umidade estavam intimamente relacionadas.⁸ Independentemente disso, Serzedello esclareceu que somente com uma rede de água e esgoto a higiene melhoraria consideravelmente. Para o médico, os pobres também deveriam ser incluídos no sistema de higiene (Sheifer, 2008).

No entanto, para muitos, a solução era improvável, pois a construção de uma rede de abastecimento de água e canalização de esgoto demandava grande soma de dinheiro, tanto por parte do município como por parte dos proprietários. Serzedello e o jornal *Diário do Comércio* estavam em sintonia com as teorias do reformador social Edwin Chadwick (1800-1890), que apontavam a relação entre insalubridade, más condições de habitação e os custos sociais e econômicos decorrentes dessa realidade. O jornal ressaltava que as despesas geradas pelas doenças eram ainda maiores, em termos não só financeiros, mas, sobretudo, humanos. A formação de uma opinião pública favorável, dito de outra forma, de um consenso relativamente amplo em torno da necessidade de sanear a cidade, era importante para que a municipalidade

8 Ao longo dos séculos XVIII e XIX, o saber médico afirmava que os vapores d'água carregavam substâncias nocivas ao organismo humano (Corbin, 1987). No Brasil, sobretudo durante o século XIX, muitos médicos estabeleciam uma relação entre calor, umidade e as epidemias de febre amarela (Benchimol, 2018).

“Agora sim, a tua terra tem outro valor: tem águas e esgoto”. Os projetos de saneamento da cidade de Paranaguá (1890-1915)

agisse com maior liberdade. Assim, conforme o jornal, Caetano Munhoz da Rocha, influenciado por Afrânio Peixoto, lançou o edital para o serviço de abastecimento de água e coleta de esgoto em 21 de dezembro de 1908 (Diário do Comércio, 15 nov. 1915).

A proposta dos engenheiros Conrado Eriseu Filho e Augusto Ramos venceu a licitação e foi posteriormente submetida às análises de Carlos Cavalcanti (deputado federal), Cândido de Abreu (engenheiro e senador) e Niepce da Silva (engenheiro), mas o contrato efetivado em 27 de maio de 1909 não chegou a ser cumprido. Entre outras razões, os contratantes alegaram a impossibilidade da construção da rede de esgotos dentro das condições econômicas do município. Assim, Munhoz da Rocha resolveu prescindir dos serviços da empresa de Conrado Eriseu Filho e Augusto Ramos. Transferiu as obras de canalização de água para a Empresa de Melhoramentos Urbanos de Paranaguá e incumbiu o engenheiro Niepce da Silva de elaborar um projeto de rede de esgoto que fosse possível executar de acordo com a situação financeira da cidade (Sheifer, 2008).

Com sede em São Paulo, a princípio, a Empresa de Melhoramentos Urbanos de Paranaguá foi dirigida por Adriano Goulin e posteriormente pelo norte-americano Chester; portanto, tratava-se de uma empresa privada que prestava serviços ao município de Paranaguá na área de saneamento básico. Adriano Goulin chefiou a Comissão de Melhoramentos de Curitiba, criada em julho de 1913 pelo prefeito Cândido de Abreu, e acumulou ainda a função de diretor de Obras Municipais daquela cidade. Finalizado o pré-projeto, Munhoz da Rocha chamou para a direção dos serviços o engenheiro Aristides de Oliveira, responsável pela organização do projeto e contratos de fornecimento (Sheifer, 2008).

O abastecimento de água foi inaugurado em 18 de janeiro de 1914. Durante um espetáculo no Teatro Variedades, um orador, ao homenagear Caetano Munhoz da Rocha, ressaltou que as fontes que abasteciam a cidade com água não tinham condições higiênicas: “As matérias em decomposição no cemitério, que fica num alto, inoculavam-se através da terra úmida na linfa cristalina que ia para a fonte que fica numa baixada. Era daí que a população bebia” (Diário do Comércio, 16 nov. 1915).⁹ Para algumas parcelas da população e da imprensa local a canalização de água e esgoto foi o principal sinal de progresso, civilização e modernidade, muito mais do que a iluminação elétrica e os bondes, pois os serviços de saneamento estavam associados ao fim das epidemias que fustigavam a cidade. O próprio orador do Teatro Variedades fez uma analogia entre a inauguração dos serviços sanitários e o fim do impaludismo. Em Curitiba, segundo o mesmo orador, um estrangeiro lhe disse: “Agora sim, a tua terra tem outro valor: tem águas e esgoto” (Sheifer, 2008).

Mas assim como o esgoto, a água encanada também teria um custo aos proprietários, conforme o valor locativo dos imóveis. Aluguéis de até 10 mil réis estariam isentos da taxa. De 10 mil a 20 mil réis, o valor cobrado seria de 2.500 réis. Para imóveis com valor locativo acima de 200 mil réis, a taxa seria de 16 mil réis (Diário do Comércio, 27 dez. 1915). Esses valores suscitaram conflitos entre a população, a municipalidade e a Empresa de Melhoramentos Urbanos de Paranaguá, que passou a gerenciar os serviços de água e luz. Aproximadamente setenta imóveis estavam ameaçados de ter o abastecimento de água suspenso. O integrante do Conselho da

9 Até então, a população recorria a duas fontes, uma delas construída em 1860 e que contava com três torneiras de latão e uma bica de ferro aberta constantemente para dar vazão ao grande volume de água dos dois reservatórios de alvenaria. Havia outro depósito cuja água era conduzida por encanamento de tijolos para outros dois grandes reservatórios (Diário do Comércio, 23 ago. 1915).

Intendência Municipal, Manoel Hermogenes Vidal, chegou a apresentar um projeto sugerindo a retomada desses serviços pelo município (Diário do Comércio, 28 abr. 1916).

O conselho deferiu o projeto de Manoel Hermógenes Vidal e decidiu, conforme contrato estabelecido em 27 de maio de 1909, assumir os serviços de abastecimento de água e fornecimento de luz. A antiga usina que o município entregou à Empresa de Melhoramentos encontrava-se completamente abandonada. Manoel Hermógenes Vidal afirmou que a empresa não era outra coisa senão uma dependência da casa do sr. Bygton, de São Paulo (provavelmente o diretor da empresa), e que explorava muito os munícipes (Diário do Comércio, 6 maio 1916). A companhia já apresentara problemas durante a construção da rede de abastecimento de água. Prazos não foram cumpridos, contratos precisaram ser alterados e várias prorrogações tiveram que ser concedidas por parte do município (Diário do Comércio, 29 fev. 1912). Em virtude das constantes interrupções, o abastecimento da população precisou continuar a ser feito mediante a utilização das fontes e distribuição em pipas (Diário do Comércio, 1º fev. 1912). As fontes eram espaços de sociabilidade e certamente muitas pessoas tinham seu ofício atrelado a elas. A população cujas habitações não haviam sido contempladas com a canalização de água continuaram a se servir diariamente dessas fontes. Assim, o espaço público de Paranaguá não foi esvaziado repentinamente após a conclusão das obras de saneamento, que privatizaram uma atividade anteriormente comunitária. A forma de ocupação desse espaço é que mudou com o surgimento de novos ofícios, artefatos técnicos, formas de entretenimento, consumo e circulação. É possível assegurar que a introdução de esgotos encanados, o fim das fossas nos quintais, a instalação de mictórios públicos, a limpeza das casas comerciais e matadouros tiveram um impacto importante na higiene do espaço público da cidade, alterando a paisagem (uma vez que dejetos não seriam mais lançados nas valas ao longo das ruas) e a atmosfera (eliminando ou pelo menos mitigando o odor excecível de urina estagnada e matéria orgânica em decomposição) urbana.

Mesmo após a conclusão da instalação da rede de abastecimento de água, a tubulação apresentou inúmeros defeitos técnicos (Diário do Comércio, 11 ago. 1913; 18 ago. 1913; 25 maio 1914). A Empresa de Melhoramentos Urbanos prometeu averiguar os problemas e fazer coincidir seus interesses com os interesses dos consumidores. Receosa, solicitou aos membros da comissão do Conselho da Intendência Municipal que não promovessem uma campanha contra ela (Diário do Comércio, 30 jun. 1916). Por sua vez, o *Diário do Comércio*, obstinado defensor dos melhoramentos efetuados pela gestão de Caetano Munhoz da Rocha, adotou um tom diplomático alegando não querer fazer oposição à companhia (Diário do Comércio, 14 jul. 1916). O jornal conteve-se e buscou amenizar as críticas publicadas anteriormente referentes à participação da iniciativa privada nos projetos de saneamento urbano (Diário do Comércio, 4 set. 1916).

O pré-projeto de instalação da rede de esgotos foi modificado em muitos pontos devido a questões relacionadas à localização, método e sistema adotado. As modificações empreendidas pelos estudos definitivos aumentaram consideravelmente o orçamento, mas o empréstimo contraído junto ao governo estadual em 1913 deu fôlego às finanças do município e possibilitou o início das obras em 1º de junho de 1914, que quase foram suspensas dois meses depois em virtude da Grande Guerra (1914-1918), responsável por atrasar o fornecimento de materiais. Praticamente toda a cerâmica importada de Londres já estava em Paranaguá. Os materiais restantes precisaram ser adquiridos no Brasil. Foi adotado o sistema separador completo ou absoluto, excluindo as contribuições pluviais. Como a cidade é muito plana e com pequena

“Agora sim, a tua terra tem outro valor: tem águas e esgoto”. Os projetos de saneamento da cidade de Paranaguá (1890-1915)

altitude, a área a ser esgotada precisou ser dividida em duas bacias distintas. A primeira esgotaria para um coletor, mediante elevação mecânica. Do coletor, os resíduos seriam esgotados para o tanque séptico de lançamento e posteriormente para o mar. A rede cobriria uma área de 800 m² com uma extensão de 9.101 metros (Diário do Comércio, 15 nov. 1915).

Em virtude do empréstimo contraído junto ao governo estadual, o município conseguiu concluir por conta própria a construção da rede de esgotos. Inicialmente, ela teria 8.318 metros, mas chegou a 11 mil metros. O jornal *Diário do Comércio*, ardente porta-voz do Partido Republicano Paranaense, do qual Caetano Munhoz da Rocha era líder, exultou em função disso, argumentando, surpreendentemente, em termos antiliberais, que concessões particulares só causavam entraves aos novos empreendimentos. Em uma tentativa de atribuir a pecha de incompetência às gestões anteriores, o jornal considerou a rede de esgoto construída pela gestão de Caetano não como um experimento, mas como algo definitivo e eficaz (Diário do Comércio, 15 nov. 1915).

O valor bruto do empréstimo contraído junto ao governo estadual foi de 1.200:000\$000 contos de réis. O total líquido recebido foi de 1.044:000\$000 contos de réis, entregues ao London & Brazilian Bank Limited. De acordo com Munhoz da Rocha, o empréstimo não onerou os cofres municipais. Os compromissos assumidos em razão do mesmo seriam atendidos sem necessidade de criação de novos impostos. Para constituir novas fontes de renda, o município resgatou apólices emitidas em 1907 com juros de 7% (Rocha, 1915). Entretanto, para o ano de 1915, a receita prevista totalizaria 227:414\$000 contos de réis, já incluídas as taxas sanitária e de esgoto, até então inexistentes, contrariando a promessa realizada segundo a qual não seriam criados novos impostos (Diário do Comércio, 24 dez. 1914).

No pré-projeto estavam previstos 2.738 metros de coletores de quatro polegadas. Esses coletores acabaram substituídos por coletores de seis polegadas. O número de poços de visita subiu de 58 para 108; tanques fluxíveis de nove foram para vinte. Adotou-se o tanque fluxível (*Flush tanks*) prismático, sistema dr. Rodrigues de Brito, modelo D. Estavam previstos um tanque-fluxível para cada 600 metros de coletor de esgoto, no entanto, foram projetados para toda a rede 19 simples e um duplo. Cada tanque fluxível tinha capacidade para seiscientos litros de água. O custo da obra previsto no pré-projeto era de 195:000\$000 contos de réis, mas ao final as despesas chegaram a 293:361\$517 contos de réis (Rocha, 1915). Caetano Munhoz da Rocha recebeu em 28 de novembro de 1914 um ofício de Aristides de Oliveira, engenheiro de melhoramentos, comunicando a conclusão da construção da rede de esgotos. No dia 1º de dezembro iniciar-se-iam os serviços das instalações domiciliares (Diário do Comércio, 1º dez. 1914).

Na sessão do dia 9 de dezembro de 1914, o Conselho da Intendência Municipal anunciou um ofício do intendente relatando a conclusão das obras da rede de esgoto, sendo possível o funcionamento da parte correspondente às zonas alta e baixa, que representavam cerca de dois terços da rede total (Paranaguá, 1914). Em julho de 1915, já estavam em funcionamento 150 instalações domiciliares nas zonas alta e média da cidade. Até àquela data, foram requisitadas 233 novas instalações (Diário do Comércio, 3 jul. 1915). A inauguração oficial do serviço de esgoto ocorreu em 15 de novembro de 1915, com a presença do governador do estado e demais autoridades. Após a entrega dos serviços de esgotos, Munhoz da Rocha renunciou ao cargo de intendente municipal para assumir a vice-presidência do estado; em seu lugar, tomou posse José Gonçalves Lobo (Diário do Comércio, 13 nov. 1915).

Com a finalização da rede de esgoto, o município criou uma legislação específica para regular esse novo serviço. A Lei n. 267, de 5 de janeiro de 1915, e o Decreto n. 15, de 30 de abril de 1915, regularizaram a instalação de esgotos na cidade e a arrecadação das respectivas taxas. Tornou-se obrigatória, dentro da área abrangida pela rede, a instalação domiciliar, indicando que agora tratava-se de uma intervenção política. O pagamento da taxa de esgoto, cobrada mensalmente, seria obrigatório a todos os proprietários, revelando a criação de uma nova dependência em relação a essa tecnologia e a exploração de um novo campo de serviços (Diário do Comércio, 9 jan. 1915; 19 jun. 1915). O valor das taxas cobradas dos proprietários foi calculado de acordo com o valor locativo mensal do imóvel. A menor taxa (1.500 réis) seria cobrada de imóveis cujo aluguel fosse entre 10 mil e 20 mil réis. A maior taxa (14 mil réis) referia-se a valores locativos de 201 mil a 300 mil réis (Diário do Comércio, 31 dez. 1914).

Como integrante da corporação médica, Caetano Munhoz da Rocha tinha reputação não apenas política. Com esse duplo prestígio, ascendeu aos cargos de intendente municipal e vice-governador do estado. Sua influência e capacidade de articulação junto às oligarquias estaduais permitiram a obtenção dos recursos financeiros para a construção de uma rede definitiva de abastecimento de água e coleta de esgotos em Paranaguá. Mas a concretização desse projeto não foi regular, suave e harmoniosa. Além daqueles segmentos sociais não contemplados pelo conforto proporcionado pela água encanada em suas habitações, o sistema começou a apresentar problemas logo após a finalização das obras. Descaso, descumprimento de acordos e prazos e problemas técnicos geraram tensões e atritos que destoavam daquela paisagem exuberante pintada pelo jornal *Diário do Comércio*. Ao focarmos mais de perto, percebemos inclusive que o apoio da imprensa local a Caetano Munhoz da Rocha não foi unânime.

O jornal *A Tribuna* publicou críticas acerbas a respeito das reformas urbanas empreendidas pela gestão de Caetano Munhoz da Rocha. Os pontos principais dessas críticas foram o empréstimo realizado pelo município e as novas taxas cobradas pelos serviços de saneamento. O *Diário do Comércio* rebateu, afirmando que o empréstimo contraído junto ao governo do estado não oneraria os cofres municipais e sem ele, não seria possível a realização das reformas. Enfatizou ainda que a única contribuição nova criada pela municipalidade teria sido a taxa sanitária, dedicada a financiar a coleta do lixo (Diário do Comércio, 17 dez. 1914).

As acusações entre os jornais representavam um conflito entre grupos políticos antagônicos. Aníbal Dias de Paiva, representante do Conselho de Intendência Municipal, afirmou que João Guilherme Guimarães havia concedido uma entrevista ao *Diário da Manhã* (provavelmente um periódico local) alegando que canalização de água e esgoto eram obras de luxo e o prefeito, em sua ânsia por glória, estava onerando o povo com impostos (Diário do Comércio, 2 jun. 1915). Essa troca de farpas pela imprensa entre representantes de grupos políticos antagônicos revela como esses projetos de saneamento, além de relacionados com aspectos civilizacionais, higiênicos, de modernização e transformação da vida doméstica, também foram objeto de disputa política. Certamente, ser considerado o responsável por tornar a vida das pessoas mais prática e confortável auferia uma visibilidade importante, passível de ser explorada para projetar indivíduos no âmbito político estadual e nacional ou mesmo manter uma hegemonia a nível local.

Considerações finais

Os relatórios de Chadwick, utilizados por François Beguin (1991), falavam da necessidade de regular e controlar os hábitos e a vida doméstica das classes operárias inglesas. As fontes primárias consultadas para a realização desta pesquisa revelaram que determinados agentes expressaram os mesmos desejos e ideias de Chadwick, porém, com palavras e argumentos diferentes. A documentação mostrou que o saneamento urbano de Paranaguá foi planejado e executado em virtude dos anseios da população pela adequação da cidade ao modelo de modernidade e civilização ocidental. Além disso, o medo relacionado às doenças epidêmicas e o aumento da circulação de mercadorias, pessoas e navios, decorrente, entre outros fatores, do crescimento demográfico e dos processos migratórios, também foram determinantes. As fontes ainda permitiram observar a consciência que alguns indivíduos tinham a respeito do impacto cultural que as obras de canalização de água e esgoto teriam sobre o cotidiano das pessoas, alterando profundamente os costumes e hábitos higiênicos. Essas mudanças estavam relacionadas aos banhos, à limpeza doméstica, aos mictórios públicos e ao uso de latrinas com descarga hídrica no interior das residências, condutas e comportamentos tidos como básicos àquele tempo (1890-1915) para qualquer população que almejasse ser considerada civilizada.

Houve, portanto, razões de ordem cultural e social para esse projeto. Entretanto, outros motivos envolvendo interesses políticos e econômicos também influíram de maneira decisiva para a realização das obras de canalização de água e esgoto no núcleo urbano da cidade de Paranaguá. Esses interesses confluíram nas alianças estabelecidas entre o poder público, a iniciativa privada, médicos e engenheiros. Todavia, esses pactos não ocorreram sem complexas negociações, conflitos e tensões. O arranjo institucional formado a partir da promulgação da Constituição de 1891, fundamentada nos princípios do federalismo, conferia maior autonomia aos estados e atribuía aos municípios a responsabilidade pelas obras de saneamento. Porém, diante da carência de recursos financeiros, muitos desses municípios, entre eles Paranaguá, tiveram que recorrer ao apoio dos estados, e isso não foi uma tarefa simples. Havia necessidade de certa coesão entre as elites locais e estaduais para a liberação de recursos como empréstimos bancários, sem os quais os custos das obras não poderiam ser liquidados.

João Guilherme Guimarães não teve habilidade suficiente para convencer os grupos dirigentes a nível estadual a apoiarem o projeto de saneamento urbano proposto durante sua gestão. Somente com a ascensão de Caetano Munhoz da Rocha foi possível criar as condições necessárias para a instalação definitiva de uma rede de abastecimento de água e coleta de esgotos em Paranaguá. Médico de formação, Munhoz da Rocha tornou-se intendente municipal em uma conjuntura marcada pelo crescimento do prestígio da corporação médica e dos engenheiros. A reputação conferida a esses profissionais em função da força ideológica da crença no progresso, do avanço da mentalidade industrial e da difusão do positivismo no Brasil facilitou o acesso desses indivíduos a funções mais elevadas no interior do aparato burocrático estatal. Mas o caminho para essa projeção não foi suave, como ficou evidente nas discórdias promovidas via imprensa. Em substância, o que estava em jogo nessas polêmicas era a autoria pela execução das reformas urbanas.

Atritos também ocorreram nas relações estabelecidas entre o poder público e as companhias privadas. Os moradores logo começaram a reclamar dos serviços prestados pela Empresa de Melhoramentos Urbanos de Paranaguá, que passou a ser alvo de críticas devido a interrupções

no abastecimento, defeitos nas tubulações, negligência e descumprimento de acordos. Fontes públicas continuaram a fornecer água à população, sobretudo àquelas pessoas cujas residências não haviam sido contempladas com o novo sistema de abastecimento. O espaço público não foi esvaziado. As redes de sociabilidade tecidas em torno dessas fontes e os ofícios relacionados a elas continuaram a ser mantidos e executados, pelo menos até o seu fechamento definitivo com a generalização da canalização de água e esgoto para as demais regiões da cidade. Entretanto, o espaço público não deixaria ser ocupado, apenas as maneiras de exercer essa ocupação é que seriam transformadas a partir do desenvolvimento de novas formas de locomoção, consumo e entretenimento que, por sua vez, ensejariam a criação de novas redes de sociabilidade e novos ofícios.

Ao contrário do desejo do médico Randolpho Serzedello de incluir os pobres no sistema de higiene, em Paranaguá a prioridade não foi reformar o ambiente doméstico das camadas sociais inferiores, buscando com isso moralizar seus hábitos e costumes. Essa domesticação da vida privada, com a inserção de novos aparelhos, mecanismos e artefatos, ficou restrita inicialmente aos segmentos sociais mais elevados. Certamente, isso foi um padrão não apenas em outras cidades brasileiras como também em cidades norte-americanas e europeias.

O controle da circulação de fluidos essenciais à manutenção da vida humana não foi um processo simples e homogêneo. Entretanto, apesar das nuances específicas que caracterizaram os projetos de saneamento das cidades brasileiras ao longo do século XIX e início do século XX, alguns aspectos gerais podem ser destacados. A comunidade médica e os reformadores sociais forneceram o embasamento geral, isto é, a razão para a realização desses projetos. Os engenheiros viabilizaram a execução do ponto de vista técnico. Empresários e banqueiros forneceram o capital necessário e exploraram comercialmente os serviços e as necessidades criadas por esses empreendimentos. Os políticos enxergaram nessas iniciativas uma oportunidade de extrair vantagens eleitorais e ascender em suas carreiras. Por fim, o poder público, além de também se beneficiar com as taxas cobradas pelos serviços sanitários, garantiu, por um lado, maior segurança à população em relação às doenças e, por outro, maior controle sobre segmentos sociais específicos da população mediante uma sutil intervenção política no ambiente doméstico que alterou, ampliou e criou novos costumes e hábitos higiênicos.

Referências bibliográficas

- ANDRADE, C.R.M. de. *A peste e o plano: o urbanismo sanitário do engenheiro Saturnino de Brito*. 281p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.
- BEGUIN, F. As maquinarias inglesas de conforto. *Espaço e Debates*, São Paulo, n. 34, p. 39-54, 1991.
- BENCHIMOL, J.L. *Pereira Passos, um Haussmann tropical: a renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esporte/Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1992.
- BENCHIMOL, J.L. Reforma urbana e Revolta da Vacina na cidade do Rio de Janeiro. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. de A.N. (org.). *O tempo do liberalismo oligárquico: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. v.1, p. 185-212. (Coleção O Brasil Republicano)

“Agora sim, a tua terra tem outro valor: tem águas e esgoto”. Os projetos de saneamento da cidade de Paranaguá (1890-1915)

- BENEVOLO, L. *História da arquitetura moderna*. Trad. A.M. Goldberger. São Paulo: Perspectiva, 2001.
- BERMAN, M. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. Trad. C.F. Moisés e A.M.L. Ioriatti. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- BRESCIANI, M.S.M. História e historiografia das cidades, um percurso. In: FREITAS, M.C. (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. 6.ed. São Paulo: Contexto, 2007. p.237-258.
- BRESCIANI, M.S.M. *Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza*. São Paulo: Brasiliense, 2013. (Tudo é História, 52).
- CARVALHO, J.M. de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- CHALHOUB, S. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- CORBIN, A. *Saberes e odores: o olfato e o imaginário social nos séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- COSTA, N. do R. *Lutas urbanas e controle sanitário: origens das políticas de saúde no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- CUNHA FILHO, V.F. da. *Cidade e sociedade: a gênese do urbanismo moderno em Curitiba (1889-1940)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1998.
- DIÁRIO DO COMÉRCIO, Paranaguá, ano I, n. 9, 1º fev. 1912.
- DIÁRIO DO COMÉRCIO, Paranaguá, ano I, n. 32, 29 fev. 1912.
- DIÁRIO DO COMÉRCIO, Paranaguá, ano II, n. 466, 11 ago. 1913.
- DIÁRIO DO COMÉRCIO, Paranaguá, ano II, n. 471, 18 ago. 1913.
- DIÁRIO DO COMÉRCIO, Paranaguá, ano III, n. 708, 25 maio 1914.
- DIÁRIO DO COMÉRCIO, Paranaguá, ano III, [n. ilegível], 1 dez. 1914.
- DIÁRIO DO COMÉRCIO, Paranaguá, ano III, n. 871, 17 dez. 1914.
- DIÁRIO DO COMÉRCIO, Paranaguá, ano III, n. 877, 24 dez. 1914.
- DIÁRIO DO COMÉRCIO, Paranaguá, ano III, n. 882, 31 dez. 1914.
- DIÁRIO DO COMÉRCIO, Paranaguá, ano III, n. 890, 9 jan. 1915.
- DIÁRIO DO COMÉRCIO, Paranaguá, ano IV, n. 1005, 2 jun. 1915.
- DIÁRIO DO COMÉRCIO, Paranaguá, ano IV, n. 1020, 19 jun. 1915.
- DIÁRIO DO COMÉRCIO, Paranaguá, ano IV, n. 1032, 3 jul. 1915.
- DIÁRIO DO COMÉRCIO, Paranaguá, ano IV, n. 1074, 23 ago. 1915.
- DIÁRIO DO COMÉRCIO, Paranaguá, ano IV, n. 1144, 13 nov. 1915.
- DIÁRIO DO COMÉRCIO, Paranaguá, ano IV, n. 1145, 15 nov. 1915.
- DIÁRIO DO COMÉRCIO, Paranaguá, ano IV, n. 1146, 16 nov. 1915.
- DIÁRIO DO COMÉRCIO, Paranaguá, ano IV, n. 1170, 27 dez. 1915.
- DIÁRIO DO COMÉRCIO, Paranaguá, ano V, n. 1267, 28 abr. 1916.
- DIÁRIO DO COMÉRCIO, Paranaguá, ano V, n. 1273, 6 maio 1916.
- DIÁRIO DO COMÉRCIO, Paranaguá, ano V, n. 1410, 30 jun. 1916.
- DIÁRIO DO COMÉRCIO, Paranaguá, ano V, n. 1422, 14 jul. 1916.
- DIÁRIO DO COMÉRCIO, Paranaguá, ano V, n. 1462, 4 set. 1916.
- DONZELOT, J. *The policing of families*. Translated from the French by R. Hurley. New York: Pantheon Books, 1979.
- ELIAS, N. *O processo civilizador*. Trad. R. Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. v. II.

- FAN, F.-T. The global turn in the history of science. *East Asian Science, Technology and Society*, v. 6, n. 2, p. 249-258, 2012.
- FONSECA, A.; PRADO FILHO, J.F. do. Um esquecido marco do saneamento no Brasil: o sistema de águas e esgotos de Ouro Preto (1887-1890). *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 51-66, 2010.
- FOUCAULT, M. *Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978)*. Trad. E. Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- FRIEDRICH, O. *Olympia: Paris nos tempos dos impressionistas*. Trad. H. Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- GOMES, S.A.R. *Parentelas, partidos e transição política: mudanças na gestão de diretórios partidários e na atuação política das elites regionais na passagem do Império para a República (Paraná, c.1853-c.1926)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.
- GRAHAM, R. *Grã-Bretanha e o início da modernização no Brasil (1850-1914)*. Trad. R.M. de Almeida. São Paulo: Brasiliense, 1973.
- GUIMARÃES, J.G. *Relatório apresentado à Câmara Municipal de Paranaguá em sessão de posse de 21 de setembro de 1900*. Curitiba: Oficinas do Atelier Novo Mundo, 1900. p. 27.
- HOCHMAN, G. *A era do saneamento: as bases da política de saúde pública no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2012.
- HOCHMAN, G. Saúde pública e federalismo: desafios da Reforma Sanitária na Primeira República. In: HOCHMAN, G.; FARIA, C.A.P. de (orgs.). *Federalismo e políticas públicas no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2013. v. 1, p. 303-327.
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Recenseamento do Brasil em 1872*, v. 9. Rio de Janeiro: Tipografia G. Leuzinger, 1874. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25477_v9_pr.pdf. Acesso em: 5 jan. 2024.
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Diretoria Geral de Estatística. *População do Brasil por municípios e Estados (1907-1912)*. Disponível em: https://seculoxx.ibge.gov.br/images/seculoxx/arquivos_downlo_ad/populacao/1908_12/populacao1908_12v1_082_a_116.pdf. Acesso em: 5 jan. 2024.
- LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. Trad. T.C. Netto. São Paulo: Documentos, 1969.
- LEFEBVRE, H. *A revolução urbana*. Trad. S. Martins. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
- LIMA, N.T. *Um sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Revan; luperj, 1999.
- LIMA, N.T.; HOCHMAN, G. Condenado pela raça, absolvido pela medicina: o Brasil descoberto pelo movimento sanitarista da Primeira República. In: MAIO, M.C.; SANTOS, R.V. (orgs.). *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; Centro Cultural Banco do Brasil, 1996, p. 23-40.
- MACHADO, D.B.P. (org.). *Sobre urbanismo*. Rio de Janeiro: Viana & Mosley; ProUrb, 2006.
- MARQUES, E.C. Da higiene à construção da cidade: o Estado e o saneamento no Rio de Janeiro. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 51-67, 1995.
- MATTOS, H. A vida política. In: SILVA, A. da C. e S. (coord.). *História do Brasil nação, 1808-2010*. v. 3: a abertura para o mundo, 1889-1930. Madri: Fundación Mapfre; Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. p. 85-131.
- MENEZES, U.T.B. de. Cidade capital, hoje? In: SALGUEIRO, H.A. (org.). *Cidades capitais do século XIX: racionalidade, cosmopolitismo e transferência de modelos*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001. p. 9-18.
- MUMFORD, Lewis. *A cidade na história*. Trad. N.R. da Silva. Belo Horizonte: Itatiaia, 1965. v. II.
- O PAIZ, Rio de Janeiro, ano XIII, n. 4555, 24 mar. 1897.
- PARANAGUÁ. *Memória justificativa apresentada ao Ilmo. Senhor Presidente e mais dignos membros da intendência municipal da cidade de Paranaguá em 13 de maio de 1892*. Paranaguá: Arquivo Municipal, 1892.
- PARANAGUÁ. *Relatório da Comissão de Obras da Câmara Municipal de Paranaguá*. Paranaguá: Arquivo Municipal, 1895a. (Documentação avulsa).

“Agora sim, a tua terra tem outro valor: tem águas e esgoto”. Os projetos de saneamento da cidade de Paranaguá (1890-1915)

- PARANAGUÁ. *Relatório enviado a João Guilherme Guimarães pela Câmara Municipal de Paranaguá*. Paranaguá: Arquivo Municipal, 1895b. (Documentação avulsa).
- PARANAGUÁ. *Gabinete da Prefeitura Municipal de Paranaguá*. Paranaguá: Arquivo Municipal, 1895c. (Documentação avulsa).
- PARANAGUÁ. *Müller e Companhia: contraproposta referente às obras de saneamento e iluminação pública enviada em 13 de novembro ao intendente municipal de Paranaguá*. Paranaguá: Arquivo Municipal, 1895d. (Documentação avulsa).
- PARANAGUÁ. *Carta anônima enviada ao intendente municipal João Guilherme Guimarães em 5 de setembro de 1895*. Paranaguá: Arquivo Municipal, 1895e. (Documentação avulsa).
- PARANAGUÁ. *Atas do Conselho da Intendência Municipal*. Sessão de 9 de dezembro de 1914. Paranaguá: Instituto Histórico e Geográfico de Paranaguá, 9 dez. 1914.
- PEREIRA, R.M. *Washington Luís e a modernização de Batatais*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2005.
- RAJ, K. Beyond postcolonialism... and postpositivism: circulation and the global history of science. *Isis*, v. 104, n. 2, p. 337-347, 2013.
- REZENDE, S.C. *O saneamento no Brasil: políticas e interfaces*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
- ROCHA, C.M. da. *Mensagem dirigida à Câmara Municipal de Paranaguá*. Curitiba: Tipografia de Casimiro Warchalowski, 1915.
- SANTOS, L.A. de C. O pensamento sanitaria na Primeira República: uma ideologia de construção da nacionalidade. *Dados: Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 193-210, 1985.
- SANTOS, L.A. de C. Poder, ideologias e saúde no Brasil da Primeira República: ensaio de sociologia histórica. In: HOCHMAN, G.; ARMUS, D. (orgs.) *Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004. p. 261-283. (Coleção História e Saúde).
- SCHWARCZ, L.M. População e sociedade. In: SILVA, A. da C. e S. (coord.). *História do Brasil nação, 1808-2010*. v. 3: a abertura para o mundo, 1889-1930. Madri: Fundación Mapfre; Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. p. 35-83.
- SÊGA, R.A. *Melhoramentos da capital: a reestruturação do quadro urbano de Curitiba durante a gestão do prefeito Cândido de Abreu (1913-1916)*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1996.
- SENNETT, R. *O declínio do homem público as tiranias da intimidade*. Trad. L.A. Watanabe. Rio de Janeiro: Record, 2014.
- SEVCENKO, N. *A revolta da vacina: mentes insanas em corpos rebeldes*. São Paulo: Scipione, 1993. (Coleção História em Aberto).
- SEVCENKO, N. Introdução: o prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: NOVAIS, F.A. (coord.); SEVCENKO, N. (org.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. v. III, p. 7-48.
- SHEIFER, B. *Paranaguá, cidade portuária: entre a cidade “sonhada e a cidade real”*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2008.
- TAMANO, L.T.O. O Movimento Sanitarista no Brasil: a visão da doença como mal nacional e a saúde como redentora. *Khronos: Revista de História da Ciência*, n. 4, p. 102-115, 2017.
- TELAROLLI JUNIOR, R. *Poder e saúde: as epidemias e a formação dos serviços de saúde em São Paulo*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996.
- VANALI, A.C. Só falar não basta! Bento Munhoz: governante e pensador. In: OLIVEIRA, R.C. de (org.). *Estado, classe dominante e parentesco no Paraná*. Blumenau: Nova Letra, 2015. p. 317-318.

Recebido em janeiro de 2024

Aceito em abril de 2024